



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/05/2017

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	1
1.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	3



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 27/2017
Processo nº 8389/2017

Objeto: aquisição de licenças de uso de suite de software para escritório. **Abertura:** 19/05/2017, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 05 de maio de 2017.

Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira.

Espanto e ação



SACHA CALMON

ADVOGADO, EX-PROFESSOR
TITULAR DA UFMG E DA
UFRJ, É COORDENADOR DA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO
TRIBUTÁRIO DAS FACULDADES
MILTON CAMPOS

O Brasil ser o 7º ou o 8º PIB mundial causa estranheza. É um país com instituições degradadas, mas com custos altíssimos a nós impostos pelos governos, pois além do Legislativo, do Executivo e do Judiciário federais, temos ainda 27 Estados e 5.421 municípios (governos estaduais, prefeituras e Poder Judiciário com juízes singulares, tribunais, Ministério Público, polícias Civil e Militar). O maior receio é entrarmos em curso descendente, pois os deficits da União e dos estados são preocupantes e o desemprego cavalgar (13 milhões de desempregados), apesar da enormidade da carga tributária (33% do PIB) sem falar na recessão econômica (herança maldita do lulo-petismo).

Mais estranho ainda me parecem os 90% do povo que se dizem contra o governo constitucional do presidente Temer, cuja equipe econômica começa a nos tirar da recessão, merecendo a confiança dos investidores nacionais e forâneos — são eles que importam —, pois os sindicatos de trabalhadores puxam o país para baixo, sem cessar.

Por acaso, isso tem lógica, pergunta-me o monge Bianor. Claro que tem! O povo brasileiro, pela sua formação histórica, é primário e sem percepção de um projeto nacional. A semana modernista, nos primórdios do século 20, elegera Macunaíma, como o mestiço esperto — no meio das mazelas nacionais —, como o herói brasileiro sem nenhum caráter, ou seja, sem caráter em

todos os sentidos.

É de se supor que, se os representantes não prestam, os representados tampouco são prestantes, farinhas do mesmo saco. E tem mais: se houvesse meios de investigar as polícias, o Ministério Público, partes do Poder Judiciário, certos Tribunais de Justiça, todos os Tribunais de Contas e procuradores-gerais estaduais e municipais, o grau de corrupção, leniência e compadrio do nosso sistema cresceria assustadoramente! Talvez a delação — se bem fundamentada — do ladravaz do Rio, sr. Sérgio Cabral, comece a levantar o véu finamente bordado que recobre os tribunais estaduais (há exceções, obviamente)

Depois da lista do Janot — nem tão assustadora —, pois atinge apenas 9% dos poderes Executivo e Legislativo embora de hierarquia elevada (governadores, ministros, deputados e senadores) ficamos com a impressão de que “après Janot, le diluve”! Os editoriais de Norte a Sul falam em refundar a política nacional, erro crasso. Precisamos, na verdade, é diminuir o tamanho do Estado em 80% e redefinir suas funções. Ele não pode custar mais do que 10% do PIB nacional e, além do mais, tem que ser eficiente. E pode perfeitamente sê-lo, com tecnologia, competência, treinamento e planejamento.

A reforma do Estado brasileiro, a começar pela reforma da Previdência e a extinção da Justiça do Trabalho, se ergue diante de nós com a mesma dramaticidade do repto da esfinge egípcia: “Decifra-me ou te devoro”.

Essas reformas já começaram um ciclo virtuoso com Temer, a saber: a lei da terceirização, a reforma trabalhista, a orçamentária, a do limite de gastos, inclusive dos estados-membros da Federação, caso queiram socorro federal, extinção do monopólio da Petrobras no pré-sal, moderni-

zação das regras do setor elétrico, aumento do bolsa-família, lei de regência das estatais. Levantou os limites cretinos de Dilma para a lucratividade das concessões nas obras de infraestrutura, com o fito socialista de afastar a iniciativa privada, iniciou as privatizações de portos e aeroportos, concretizou o projeto céus abertos, além de outras iniciativas, num trabalho incansável em apenas 1 ano de governo, com elegância e sem corrupção.

Se o povo tivesse discernimento e vergonha, já lhe teria dado apoio e incentivo. Essa história de que não foi eleito e, portanto, não tem legitimidade é tão idiota e sem fundamento que nem valeria comentar. Mas vamos lá. Se não foi eleito, por que querem cassar a chapa Dilma-Temer? Dilma já foi deposta. Da chapa, só resta um, o presidente Michel Temer. O argumento de que não foi eleito é contradição absurda. É por que os dois foram eleitos juntos na mesma chapa que se quer impugná-la “in totum” já que a eleita já era... No mais, a Constituição diz com todas as letras que, no impedimento do presidente, assume o cargo vago o vice-presidente eleito nas urnas. O eleitor petista primário desafia a legitimidade da própria Constituição. Não aceita o impeachment (foi golpe) e ficam a chamar Temer de usurpador. A Constituição deles é a da Venezuela, ou seja, nenhuma.

Noutras palavras, uma constituinte exclusiva de não políticos, eleitos pelo povo, se faz necessária para recriar, não a política mas o Estado nacional. Eles não se candidatariam, feita a Constituição, a nenhum cargo eletivo. Seriam pessoas notáveis em suas respectivas áreas, inclusive ex-políticos que se reuniriam dois dias por semana no Congresso (200 pessoas), sem prejudicar o Legislativo federal.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Crise de representação política

A necessidade de uma reforma política urgente no país aquece o debate sobre o papel dos partidos políticos, cuja atuação no Brasil vem resumindo-se apenas a defender interesses eleitorais com a prática do clientelismo, comprometendo a legitimidade democrática com arranjos pragmáticos e casuísticos.

Na prática, as agremiações partidárias – em sua maioria – nada mais são que produtos de dissidência, ou seja, grupos políticos que se separaram por divergências internas, formando novos partidos, visando os benefícios que a criação de legendas traz consigo, como, por exemplo, os recursos do Fundo Partidário e o direito a tempo de Rádio e TV, que hoje é uma preciosa moeda de troca em negociações eleitorais, capaz de garantir cargos e poder.

A ação de oportunistas e a proliferação de siglas têm produzido deficiências graves na qualidade da nossa democracia.

Incapazes de liderar propostas de mudanças importantes para a população e sem prestígio junto à opinião pública, os partidos políticos têm atuação duvidosa como canal de representação dos vários segmentos da sociedade civil organizada.

Muitos deles atuam como legendas de aluguel, aparecendo apenas em períodos pré-eleitorais para abrigar políticos com candidaturas inviabilizadas em outras agremiações e que precisam de uma sigla partidária para disputar um cargo público.

São facções e grupos ambiciosos, fisiológicos, em busca do controle exclusivo de pedaços da “esfera pública” para suas clientelas, sendo mero instrumento retórico para chegar ao poder, com a reacomodação de interesses, incluindo vantagens financeiras.

Sem conduta ética, muitas agremiações partidárias têm causado um efeito maléfico na política, contaminando a consciência dos eleitores e baixando o nível geral de moralidade.

Na democracia, cabe às agremiações partidárias a formulação dos programas gerais de políticas públicas para colocá-las em prática quando no exercício do poder.

Na prática, isso não vem acontecendo no Brasil. As inúmeras contradições têm tornado os partidos políticos incoerentes em aspectos essenciais, deixando os eleitores decepcionados com a política.

Os programas de importância para a sociedade estão sendo prejudicados pela prioridade dada às questões que envolvem interesses de grupos.

Quando isso acontece, uma característica absolutista se manifesta, como revelam os exemplos recentes e bem significativos desse resquício de poder imperial.

Sabemos que os partidos são os caminhos naturais do processo democrático para representar as diferentes correntes de opinião, mas essas correntes podem perfeitamente ser representadas por partidos em número bem menor que o atual. A solução só surgirá com uma reforma política profunda.

Os primeiros partidos políticos surgiram em 1822, após a Independência. O país teve sete fases partidárias. A primeira foi a monárquica, que começou em 1837. As rebeliões provinciais da regência possibilitaram a formação de dois grandes partidos – o Conservador e o Liberal –, que dominaram a vida política até o final do Império. O aparecimento de um Partido Progressista e a fundação, em 1870, do Partido Republicano completaram o quadro partidário do Império.

A segunda fase partidária, na Primeira República – de 1889 a 1930 – conheceu partidos estaduais. Foram frustradas as tentativas de organização de partidos nacionais, entre elas a de Francisco Glicério, com o partido Republicano Federal, e a de Pinheiro Machado – com o Partido Republicano Conservador

A terceira formação partidária se deu na Segunda República, com agremiações nacionais de profunda conotação ideológica – a Aliança Nacional Libertadora e o Integralismo. A legislação eleitoral, pela primeira vez, fez referência à possibilidade de apresentação de candidatos por partidos ou por alianças de partidos. Com o golpe de 1937 e a instalação da Terceira República, houve o único hiato em nossa trajetória partidária. Com a Quarta República, a redemocratização trouxe, em 1945, a exclusividade da apresentação dos candidatos pelos partidos. Nessa, que seria a quarta formação partidária do país, ocorreu a explosão de um multipartidarismo com 13 legendas. O golpe militar de 1964 iniciou a quinta fase partidária, com o bipartidarismo, que para alguns teria sido “uma admiração ingênua do presidente Castello Branco pelo modelo britânico” e para outros uma “mexicanização”.

Reforma política

A delegacia de polícia não é o espaço adequado para a governabilidade. É necessária uma reforma política ampla como alternativa para tirar a política brasileira das páginas policiais.

Corrupção

Nossos políticos praticam os mais desavergonhados e explícitos atos de corrupção, fraudes, peculato, estelionato, especulação, tráfico de influência, suborno, e outros golpes ainda não batizados. É por isso que devemos manter uma postura intransigente em defesa da República e da ética.

Prejuízos

O Brasil caminha às cegas trazendo prejuízos ao desenvolvimento nacional. É urgente o país avançar no sentido da democracia direta e criar um órgão de planejamento com participação de agentes econômicos da sociedade civil para poder governar o país a longo prazo.

Projeto

É preciso saber realmente se os nossos governantes têm algum projeto para o Brasil ou continuam tendo projeto para eles próprios, seus partidos e seus agrupamentos políticos. Política sem ética é politicagem. Esse deve ser o raciocínio predominante.